



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 10.178, DE 2018** **(Do Sr. Celso Russomanno)**

Inserir parágrafo único no art. 338 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a informação correta sobre volume de combustível no manual do veículo.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-9450/2017.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 338 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 338. ....

Parágrafo Único. O manual do proprietário deverá conter a informação correta sobre o volume máximo que o tanque de combustível comporta, assim como o volume máximo do reservatório, considerando modelo e ano do respectivo veículo, e informando a variação de volume admissível quando do abastecimento.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei 9.503/1997 obriga as montadoras, encarroçadoras, importadores e fabricantes de veículos automotores a fornecer, no ato da comercialização, um manual contendo normas de circulação, infrações, penalidades, direção defensiva, primeiros socorros e anexos do Código de Trânsito Brasileiro. Esse manual do condutor é acompanhado, no mesmo volume ou em volume separado, do manual do proprietário, com as informações sobre cada modelo de veículo em particular.

Ocorre que é por vezes difícil, ou mesmo impossível, encontrar a informação sobre o volume de combustível que o tanque comporta. Para piorar a situação, o volume indicado no manual pode estar errado. Uma reportagem publicada pelo Sindicombustíveis Resan<sup>1</sup> relata os constrangimentos comuns nos postos de abastecimento de todo o país, quando motoristas questionam o volume medido na bomba ao completar o tanque, confrontando os revendedores com o manual do carro e alegando que seria impossível abastecer o volume medido na bomba.

Para avaliar a situação, a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) contratou um estudo que comparou as informações dos manuais de 13 modelos de veículos com a capacidade real dos respectivos tanques<sup>2</sup>. Um único modelo teve volume medido idêntico ao do manual, ao passo que outros chegaram a apresentar variação de até

---

<sup>1</sup> Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e de Lojas de Conveniência, e de Empresas de Lava-Rápido e de Empresas de Estacionamento de Santos e Região. <http://www.resan.com.br/noticias-integra/33299-manual-do-carro-x-capacidade-do-tanque/>

<sup>2</sup> <http://www.fecombustiveis.org.br/revendedor/estudo-da-fecombustiveis-comprova-capacidade-maxima-dos-tanques-acima-do-manual-do-veiculo/>

36,5% a mais. Ou seja, abastecendo o carro na reserva, o motorista será surpreendido com um terço a mais de combustível do que seria esperado, e poderá questionar o frentista, talvez até mesmo acusando injustamente o posto de combustível de fraude, uma situação em que ambos serão vítimas de desinformação.

Por esse motivo, apresentamos o projeto de lei acima. Não se justifica que uma indústria com tamanha sofisticação tecnológica, como é o setor automotivo, seja negligente na avaliação da capacidade do tanque de combustível. Contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação dessa pequena alteração na lei.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2018.

Deputado CELSO RUSSOMANNO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....  
**CAPÍTULO XX**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**  
.....

Art. 338. As montadoras, encarroçadoras, os importadores e fabricantes, ao comerciarem veículos automotores de qualquer categoria e ciclos, são obrigados a fornecer, no ato da comercialização do respectivo veículo, manual contendo normas de circulação, infrações, penalidades, direção defensiva, primeiros socorros e Anexos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 339. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 264.954,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), em favor do ministério ou órgão a que couber a coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, para atender as despesas decorrentes da implantação deste Código.

.....  
**FIM DO DOCUMENTO**